

CONVERSA CAPITAL
VIRGÍLIO LIMA

“Espero que o valor do Banco Montepio cresça”

Presidente da Associação Mutualista
diz que instituição vai arrendar casas
compradas por 25 milhões de euros.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7



VIRGÍLIO LIMA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO GERAL

“Espero que o valor do Banco Montepio cresça”

A Associação Mutualista Montepio Geral tem no banco que detém o seu principal ativo: vale cerca de 40% dos 4,3 mil milhões de euros do balanço. Em entrevista ao Negócios e Antena 1, o presidente Virgílio Lima estima que a avaliação suba à medida que liberta imparidades.

HUGO NEUTEL

hugoneutel@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

VÍTOR MOTA

Fotografia

A avaliação que a Associação Mutualista Montepio faz do banco que detém aumentou para 1,7 mil milhões de euros em 2024. O tema deu origem a polémicas no passado, quando a instituição estava avaliada pela mutualista em números próximos dos de bancos muito maiores. Agora, na comparação, vale muito menos do que os até 7 mil milhões atribuídos ao Novo Banco ou os mais de 7 mil milhões do BCP em bolsa. Mas a subida deve continuar, diz o presidente da associação ao Negócios e Antena 1.

No ano passado recuperou 120 milhões das imparidades do banco, mas ainda tem 695 milhões. É um desafio?

No ano passado houve a recuperação de 120 milhões do banco, mas houve uma recuperação de 30 milhões nos seguros. Houve uma recuperação de 6 milhões na Futuro (sociedade gestora de fundos de

pensões). Desde há quatro anos tem havido resultados positivos em todas as entidades do grupo, e nos últimos dois anos houve dividendos em todas as entidades do grupo. Esta valorização permitirá recuperar essas imparidades.

A associação aumentou a avaliação do banco, são agora 1,7 mil milhões de euros. É um valor adequado ou vai aumentar?

Todos os anos fazemos a avaliação das participadas. Há metodologias e critérios muito bem definidos para determinar o valor de cada entidade. A utilização dessas metodologias permitiria uma libertação superior de imparidades à que foi obtida. A libertação que se tem observado tem acompanhado o crescimento do capital próprio do banco.

E, portanto, é de esperar que a avaliação do banco cresça?

É de esperar que a avaliação do banco cresça e dos seguros cresça, e de todas as outras entidades. Só que muitas entidades não têm imparidades, e por isso a sua avaliação não conta para os nossos resultados.

“A libertação de imparidades tem acompanhado o capital próprio do banco.”

“Quando há imparidades, abrindo o capital, quem entra é depois beneficiário na recuperação.”

Faz sentido repensar a abertura de capital do banco?

Embora tenhamos tentado fazer essa abertura e haja hoje 36 entidades da economia social no capital, não teve grande expressão. Observou-se, entretanto, a imparidade. Num quadro em que há imparidades, abrindo o capital, quem entra é beneficiário na recuperação das imparidades, na proporção do seu capital, mas não contribui.

Para já não faz sentido?
Só depois da recuperação podemos entender fazer parcerias, mas mantendo a titularidade.

Depois da recuperação de todas as imparidades?
Todas as imparidades. Estão em 900 milhões, mil milhões de euros. Têm uma parte vindas dos seguros, 150 milhões.

Confirma que vai receber 30 milhões de euros dividendos do banco este ano?

No ano passado recebemos 6 milhões do banco, 12 milhões e meio dos seguros, e 2 milhões e meio de outras entidades. Com a melhoria da situação, esperamos mais dividendos. Vamos seguramente ter um valor superior. As contas do banco vão ser aprovadas no final do mês e aí haverá a proposta de distribuição de resultados.

No ano passado o “payout” foi de 20%. Será maior?

Podemos estar a falar de um “payout” maior.

O mandato da Comissão Executiva do banco termina este ano. Vai convidar Pedro Leitão a continuar?

As organizações têm que ter

continuidade. Naturalmente têm também renovação. Quando o seu desempenho cumpre objetivos, deverá haver, naturalmente, consistências nessas avaliações. Mas o tempo próprio para essa matéria não é agora, e acresce que o próprio Conselho de Administração da casa-mãe vai a eleições no final do ano.

Os bancos podem ir mais longe nas taxas dos depósitos?

Os bancos remuneram poupanças para fazerem crédito e apoio ao investimento. Na medida em que a atividade económica requer mais crédito, há necessidade também de maior liquidez. Em função desta procura as taxas subirão. ■

**943 milhões de ativos por impostos diferidos?
“Pagámos e agora estamos a recuperar”**

DTA. A sigla inglesa designa os ativos por impostos diferidos, tema polémico levantado pela Associação Mutualista Montepio Geral, que em 2018 deixou de estar isenta de IRC. O que lhe permitiu beneficiar do regime que só em 2024 lhe “ofereceu” 38 milhões de euros – mais do que pagou em impostos. Em entrevista ao Negócios e Antena 1, o presidente da organização desvaloriza a polémica.

Mais de 20% do ativo da associação é constituído por ativos por impostos diferidos. 943 milhões de euros. Não é demasiado?

Nós pagamos impostos sobre todas as poupanças que entram. As provisões respetivas são consideradas provisões, que somam para o cálculo do imposto. Isto determina valores muito relevantes, mas tal como determina no momento da entrada e do paga-



PERFIL

Quase cinco décadas de Montepio

Virgílio Boavista Lima nasceu em 1953 na Asseiceira, uma pequena povoação no concelho de Tomar, e foi lá que passou a infância. Rumou a Lisboa aos 16 anos. O país vivia o final da década de sessenta do século passado: os tempos eram diferentes e, como tantos outros, foi com essa idade que começou a trabalhar num escritório da capital. Até ir para o serviço militar teve quatro empregos, mas foi sempre estudando em paralelo. Entrou no Montepio no dia 4 de julho de 1977 - tem quase 50 anos de casa. O presidente da associação mutualista sucedeu no cargo a Tomás Correia, de cuja administração fez parte. O antigo presidente saiu em 2019, pressionado por polémicas que envolveram processos na justiça, dúvidas sobre a sua idoneidade e um debate público aceso sobre as dificuldades da organização. Lima conseguiu afastar-se da imagem do antecessor. "Uma pessoa com quem coincidiu na gestão durante algum tempo. Encontrámo-nos uma ou duas vezes depois disso. Não temos uma relação próxima", diz. É benfiquista e pratica golfe. Casado, tem três filhos e três netos.

mento, permite a sua recuperação logo que essas poupanças são levantadas. Isto tem-se verificado e é naturalmente acompanhado pela Autoridade Tributária e recuperamos já os impostos pagos no ano de 2017 integralmente. Os de 2018-19, numa parte substancial, dependem das datas de vencimento das modalidades que os associados escolheram.

Em 2024, os DTA de que a associação beneficiou foram suficientes para pagar os impostos.

Nós temos impostos correntes e diferidos, onde estes mecanismos de recuperação de impostos se observam. Vamos crescendo em cada ano em função do crescimento da atividade, de todas as poupanças, das entradas e, portanto, da nossa margem financeira. Sempre que crescemos na atividade, isso determina o crescimento da rubrica de impostos diferidos.

Pagou 29 milhões em impostos, os DTA deram 38 milhões.

Porque em cada momento pagamos uma parte inerente aprovada. Temos em cada ano de resultados suficientes que permitem fazer a recuperação fiscal. E numa parte permite deduzir e recuperar os impostos passados. Para isso temos que ter resultados. E entre a parte que pagamos, que são os impostos correntes, e que incide sobre todas as poupanças entradas, e aquilo que conseguimos efetivamente recuperar em cada ano, que tem que ver com o que se venceu, pode não coincidir. Num ano é num sentido, no outro noutro.

Se for sempre como em 2024, os DTA serão sempre suficientes para pagar os impostos.

Isso só é possível porque no passado pagámos impostos que agora estamos a recuperar. Nem sempre compensa integralmente.

A Associação foi criticada por pedir a isenção de IRC que permitiu beneficiar dos créditos fiscais. Estes resultados dão razão a essas críticas?

A Associação tinha remunerações variáveis dos seus órgãos, que nunca foram, aliás, praticadas. Hoje os administradores não têm remunerações variáveis. Mas isto tem implicações fiscais e determinou que passasse a pagar impostos. E ao começar a pagar impostos, pela especificidade de ser da economia social e das provisões técnicas não serem aceites como custo, há discriminação no tratamento fiscal. Isto determina a diferença.

A Associação pediu a isenção porque isso era benéfico.

A Associação não pediu. A Associação tinha uma situação que constatou que exigia o pagamento de IRC e fez um pedido de informação à autoridade fiscal para sa-

ber se tinha ou não que pagar impostos. E foi dito que sim.

A auditora tem desde há vários anos reservas sobre a capacidade de recuperação dos DTA.

Temos tido com o auditor (PwC) posições diferentes, suportadas por fiscalistas e revisores oficiais de contas. O auditor diz que há um "revolving" e a recuperação não

se faz. Na verdade, são valores diferentes reaplicados pelos associados, e, portanto, o valor vai crescendo, mas estamos a recuperar DTA de anos anteriores e a criar novos. Apoio de sobreavaliação da capacidade de recuperação é contrariada pelo facto de a autoridade fiscal permitir a recuperação. Mas não se muda de auditor por haver uma discordância. ■

"Recuperámos já os impostos pagos no anos de 2017 integralmente".

"Sempre que crescemos na atividade, isso determina o crescimento da rubrica de impostos diferidos".

VIRGÍLIO LIMA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO GERAL

Dona do Montepio vai arrendar casas compradas por 25 milhões

A prática de comprar casas para arrendar não é nova na Associação Montepio, mas a crise na habitação levou a mutualista a convertê-la de aplicação financeira em modalidade de apoio a associados, que arrendam os imóveis com possibilidade de compra.

HUGO NEUTEL

hugoneutel@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

VÍTOR MOTA

Fotografia

São 500 as casas que a Associação Mutualista Montepio Geral está a arrendar a associados, depois de as ter comprado. A prática não é nova e no início tinha por objetivo apenas o retorno, mas a organização transformou-a num eixo de atuação e serviço ao cliente. Neste ano conta comprar 100 imóveis para posterior arrendamento, revela o presidente ao Negócios e Antena 1.

O problema de acesso à habitação continua. Como olha para as medidas tomadas neste âmbito?

Tudo o que possa contribuir para minimizar esta dificuldade é absolutamente fundamental. Nós próprios, atentos às necessidades dos nossos 600 mil associados, e tendo em conta que muitas vezes eles não têm condições para aceder a empréstimos bancários, ou até quanto à entrada inicial, propomos contribuir, em situações identificadas, comprando as habitações e fazendo o arrendamento aos associados, libertando-os desta dificuldade e dando-lhes a possibilidade, mais tarde, de adquirirem a habitação, se a sua vida permitir.

A Associação anunciou esse investimento de 25 a 100 milhões de euros. Na prática, o que já foi feito?

Isto passa pela alteração do nosso Regulamento de Benefícios, que é a oferta que a Associação em cada momento dispõe para os seus associados, que vai da previdência à saúde, e agora alargámos à habitação. Vamos tentando perceber



quais são as necessidades e procurando responder.

Já fizeram esse levantamento?

Fizemos o levantamento, identificamos áreas onde era necessá-

rio ajustar a nossa oferta e temos como áreas novas o apoio à habitação, à saúde e à longevidade, além da atualização das modalidades de poupança e proteção em diferentes domínios da vida. O Re-

gulamento de Benefícios tem de ser aprovado pela tutela, pela Direção-Geral de Segurança Social. Houve uma apreciação prévia e aguardamos a deliberação final a muito breve prazo que nos permita de imediato implementar.

A mudança do Governo pode atrasar o processo?

É a Direção-Geral que tem a tutela, pode responder. Não vemos que, por isso, possa haver atrasos.

Dizia-nos que o levantamento já foi feito. Quer traduzir isso em números?

Fazemos já arrendamentos a

mais de 500 associados. Fazemos a aquisição de habitações e arrendamo-las, em condições preferenciais, aos associados. Percebímos as dificuldades crescentes dos jovens e daí termos procurado ampliar este movimento, transformando uma aplicação financeira, no sentido de obter retorno que permita remunerar as poupanças dos associados, numa modalidade em que o que pretendemos é só servir a necessidade do associado. Uma solução deste tipo tem também grande atratividade para novos associados. Definimos montantes que, de acordo com a nossa capacidade, nos vai permitindo adquirir casas.

“Transformámos uma aplicação financeira numa modalidade para servir associados.”

“Admitimos a autorização da tutela a tutela a breve prazo”.

“A partir do momento em que os associados tenham condições para exercer a opção de compra, se o desejarem, isso também permitirá aumentar o nível de oferta.”



O valor este ano será quanto?
Orçamentámos cerca de 25 milhões para este primeiro ano.

Quantas casas gostaria de ter disponíveis este ano?
Estes 25 milhões permitirão um número de casas relevante para um primeiro ano e face ao preço médio das casas é um contributo que pode ajudar os nossos associados. E em cada ano ir aumentando este valor. E a partir do momento em que os associados tenham condições para exercer a opção de compra, se o desejarem, isso também nos permitirá aumentar o nível de oferta.

O CEO do Banco Montepio entende que os números da garantia pública são dececionantes. Como é que olha para a medida?

Quando as necessidades são muitas, não é possível uma medida única responder a tudo, mas são ajudas para a solução.

Gostaria que tivesse havido um montante maior atribuído ao banco?

Tudo o que possa ajudar a minimizar será importante e passa de facto pelo aumento dessa participação. Mas estes problemas estruturais não têm muitas vezes uma resposta instantânea. São políticas que têm o seu percurso. ■

Quantas estão arrendadas?
Temos cerca de 500 casas na associação e temos uma entidade imobiliária no grupo que também faz arrendamentos.

Se estivermos a falar apenas Lisboa ou Porto, os 25 milhões dão para apenas algumas dezenas...

É algo que poderemos progressivamente incrementar. Demos um intervalo para este investimento em função justamente do número de inscrições que tínhamos. Se fizermos 100 casas, ao fim de alguns anos poderemos ter um número relevante e à nossa escala damos um contributo para a necessidade dos nossos associados.

Quando abrem as inscrições?

Admitimos esta autorização por parte da tutela a breve prazo. Há depois uma assembleia geral para homologação do regulamento, é a nossa expectativa. No segundo semestre do ano poderemos iniciar o programa. Desejavelmente no início do verão.

O CEO do Banco Montepio entende que os números da garantia pública são dececionantes. Como é que olha para a medida?

Quando as necessidades são muitas, não é possível uma medida única responder a tudo, mas são ajudas para a solução.

Gostaria que tivesse havido um montante maior atribuído ao banco?

Tudo o que possa ajudar a minimizar será importante e passa de facto pelo aumento dessa participação. Mas estes problemas estruturais não têm muitas vezes uma resposta instantânea. São políticas que têm o seu percurso. ■

“Sim, serei candidato” a novo mandato na presidência

Respostas rápidas

TOMAR Saudade.

ASSOCIADO 32.309
Orgulhoso, convicto dos valores e princípios da associação e do contributo que pode dar.

TOMÁS CORREIA
Uma pessoa com quem coincidi na gestão algum tempo. Encontrámo-nos uma vez ou duas depois disso. Cumprimentamo-nos, mas não temos uma relação próxima.

LUÍS MONTENEGRO
Capacidade na resolução de alguns problemas. Temos assistido à discussão à volta dos problemas pessoais, que surpreendem e carecem de esclarecimento. Acompanho sem conhecimento profundo.

SANTA CASA DE LISBOA
Entidade essencial no apoio à sociedade. Distingue-se do mutualismo onde há poupanças. A Santa Casa vive de doadores e faz um combate à pobreza e um contributo para o equilíbrio da comunidade fundamental.

SNS
Uma área difícil, exigente, com necessidades muito grandes, que carece de soluções em que julgamos que também os privados e em particular a associação podem ajudar, nomeadamente no domínio preventivo.

GOLFE
Metros cúbicos de oxigénio. Exercício.

NETOS
Uma das grandes alegrias da minha vida.

BENFICA
O meu clube de sempre.

SAUDADE
Da cidade natal, dos amigos que partiram, da família. A vida é isto.

PORTUGAL
Um grande, magnífico país, cheio de potencial.